



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

**Número do** 1.0024.08.253369-6/001 **Númeraço** 2533696-  
**Relator:** Des.(a) Kárin Emmerich  
**Relator do Acórdão:** Des.(a) Kárin Emmerich  
**Data do Julgamento:** 29/10/2013  
**Data da Publicação:** 08/11/2013

**EMENTA:** APELAÇÃO CRIMINAL - LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - VIAS DE FATO/AGRESSÃO - MEDIDAS PROTETIVAS POSTULADAS (E DEFERIDAS) PELA VÍTIMA - REVOGAÇÃO POSTERIOR - DESINTERESSE DA VÍTIMA EM INFORMAR O ENDEREÇO DO AGRESSOR - INCONSISTÊNCIA - REFORMA DA DECISÃO - RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. 1. As medidas protetivas de urgência, deferidas no âmbito da Lei Maria da Penha, têm natureza jurídica autônoma e satisfativa, de tutela inibitória e não cautelar, sendo, portanto, cabíveis sempre que houver lesão ou ameaça de violação à integridade física e psicológica da vítima. 2. Em virtude do caráter autônomo e dos fins que as justificam, a revogação das medidas protetivas com fundamento no desinteresse da vítima em não proceder à atualização do endereço em que o imputado agressor poderia ser localizado não subsiste, vez que tal incumbência compete ao Poder Judiciário - ainda que assoberbado - e, por óbvio, mostra-se desarrazoado transferir tal ônus à vítima, já vulnerável e, lógico, combatida emocionalmente com as agressões sofridas.

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 1.0024.08.253369-6/001 - COMARCA DE BELO HORIZONTE - APELANTE(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - APELADO(A)(S): MARCEL PEREIRA - VÍTIMA: CINTIA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA

## ACÓRDÃO

Vistos etc., acorda, em Turma, a 1ª CÂMARA CRIMINAL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, por maioria, vencido em parte o 2º vogal, em dar provimento ao recurso ministerial.



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

DESA. KÁRIN EMMERICH

RELATORA

DESA. KÁRIN EMMERICH (RELATORA)

V O T O

Trata-se de recurso de apelação, interposto pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, contra decisão (f.46), proferida pelo MM. Juiz de Direito da 14ª Vara Criminal desta Capital, que revogou as medidas protetivas anteriormente concedidas (f.17-18) em desfavor de MARCEL PEREIRA, determinando, conseqüentemente, o arquivamento do feito e posterior baixa nos registros judiciais ao argumento de que a vítima, embora intimada, não demonstrou diligência ou interesse em proceder à atualização do endereço em que o imputado agressor poderia ser localizado.

Nas razões recursais (f.47-65), insurge-se o Parquet "contra o error in judicando consistente em presumir a desnecessidade de medidas protetivas já deferidas à ofendida" (f.48) mediante o argumento de que "seria absurdo exigir de uma vítima de violência doméstica informações sobre o paradeiro de seu ofensor, mormente quando vigentes em seu favor medidas protetivas proibindo o contato e aproximação deste com aquela" (f.56). Refuta ainda o enquadramento de tais medidas como cautelar atrelada ao processo principal. Requer, por fim, a reforma da decisão prolatada pelo juízo a quo, ressaltando ainda que, caso não se vislumbre a urgência necessária à concessão de tais medidas, que se proceda à oitiva da vítima a fim de aferir "se há atualidade e/ou iminência da violência doméstica e familiar vivenciada pela vítima" (f.65).

Recurso contrarrazoado por defensor dativo (f.71-75), após regular intimação da vítima (f.68v), o qual declarou expressamente a impossibilidade de contratar defensor particular (f.67), no qual se pugna pela manutenção do decum ao argumento de que inexistente



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

conteúdo probatório suficiente para a sua concessão.

Em sede de juízo de retratação e com esteio no princípio da economia processual, o magistrado, adiantando-se à divergência existente entre o recurso adequado a desafiar as medidas protetivas (se apelação ou agravo), manteve a decisão hostilizada por seus próprios e jurídicos fundamentos (f.80).

Instada a se manifestar, a Procuradoria Geral de Justiça, no parecer de f.86-92, aduz que "não cabe à vítima a diligência de apontar o atual endereço de seu ex-parceiro e pretenso agressor, cumprindo ao Judiciário tal mister" (f.88), razão pela qual opina pela manutenção do acautelamento concedido à vítima.

Em resposta à expedição de ofício determinada por esta julgadora (f.99), o respectivo juízo informa a distribuição de Inquérito Policial, ressaltando, todavia, que ainda não foi oferecida denúncia para o desencadeamento da Ação Penal referente ao fato narrado (f.106).

É o relatório.

Passo a decidir.

Conheço o recurso, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade e processamento recursais.

Inexistindo preliminares, arguidas ou apreciáveis ex officio, passo à análise do mérito recursal.

Consoante narrado alhures, almeja o órgão do Parquet a reforma da decisão de primeira instância que revogou as medidas protetivas anteriormente concedidas a CÍNTIA CRISTINA GONÇALVES DA SILVA (f.17-18) em desfavor de MARCEL PEREIRA, determinado, por conseguinte, o arquivamento do feito e respectiva baixa nos arquivos judiciais por entender que a vítima "regularmente intimada, não demonstrou diligência ou interesse em proceder à atualização do

referido endereço para possibilitar a efetivação das medidas de seu interesse" (f.46).

Sobre os fatos que embasaram o pleito à concessão de tais medidas, extrai-se do Termo de Declaração (f.09/10) que a vítima compareceu à Delegacia Especializada em atendimento à mulher e relatou que:

"quando voltava da escola deparou com Marcel em via pública e o mesmo aos berros começou a chamar a declarante de 'VAGABUNDA, PIRANHA', dizendo que a mesma o estava traindo; disse que a declarante estava proibida de sair, quando este estiver trabalhando; que MARCEL agarrou o seu pescoço apertando-o; que, então começou a ameaçá-la de morte, dizendo que iria matá-la, bem como a sua colega e os demais colegas que estavam próximos; que MARCEL saiu e voltou em seguida, onde empurrou a declarante ao solo e começou a chutá-la dizendo que iria matá-la; que restou-lhe lesões no pescoço; que a declarante, desesperada, começou a gritar por socorro, onde surgiu a genitora da declarante e seu primo"

Importante ressaltar que, ante tal situação, a própria vítima, no Termo de Requerimento da Ofendida (f.12-13), postulou medidas protetivas, as quais foram deferidas pelo magistrado, nos seguintes termos: proibição ao agressor de se aproximar da ofendida, a menos de 200 (duzentos) metros; proibição ao agressor de qualquer contato com a ofendida, por qualquer meio de comunicação (f.17-18).

À guisa de esclarecimento, impõe ressaltar que, apesar de os fatos relatados pela vítima não causarem qualquer espécie de surpresa, vez que, conflitos emergidos de relações afetivas têm sido a principal causa da violência doméstica praticada no âmbito familiar, o Poder Judiciário, juntamente com outros órgãos, vem se empenhando em dar efetividade às garantias insertas na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) com o intuito de minorar a situação de fragilidade da mulher<sup>1</sup>.

Nesse diapasão, releva salientar que referida lei foi

promulgada com intuito de tornar mais rigorosa a punição dos casos de violência doméstica e familiar com vistas a proteger, não só a incolumidade física e emocional da mulher, como também garantir a tranquilidade e a harmonia da instituição família.

Em razão do seu caráter protetivo, portanto, em determinados casos, devem ser decretadas medidas em favor da mulher para assegurar sua integridade e, por conseguinte, evitar maiores danos à vítima, à família ou até mesmo comprometer a regularidade de eventual investigação em curso.

Não é à toa que a inserção das medidas protetivas de urgência na Lei Maria da Penha tem sido apontada como um dos maiores avanços no combate à violência doméstica e familiar contra a mulher no País.

No que concerne à natureza jurídica dessas medidas, o tema é assaz controverso e, por ora, divide doutrina e jurisprudência: parcela minoritária defende a natureza inibitória e o caráter autônomo e satisfativo das medidas, ao passo que outra parcela, a majoritária, defende a natureza cautelar e o cunho instrumental e acessório dessas medidas.

Consoante é cediço, a tutela inibitória, que, em nosso ordenamento positivo ostenta status constitucional (art.5º, inciso XXXV, CR/88), representa importante mecanismo contra lesão ou ameaça de violação a direito.

Luiz Guilherme Marinoni ressalta a importância da tutela inibitória e a distingue das cautelares, com os seguintes argumentos:

"A sua importância deriva do fato de que constitui ação de conhecimento que efetivamente pode inibir o ilícito. Dessa forma, distancia-se, em primeiro lugar, da ação cautelar, a qual é caracterizada por sua ligação com uma ação principal, e, depois, da ação declaratória, a qual já foi pensada como "preventiva", ainda que destituída de mecanismos de execução realmente capazes de impedir

o ilícito. (...)

A ação inibitória é consequência necessária do novo perfil do Estado e das novas situações de direito substancial. Ou seja, a sua estruturação, ainda que dependente de teorização adequada, tem relação com as novas regras jurídicas, de conteúdo preventivo, bem como com a necessidade de se conferir verdadeira tutela preventiva aos direitos, especialmente aos de conteúdo não-patrimonial". (MARINONI, Luiz Guilherme. "Inibitória e tutela de remoção do ilícito". Fonte: [www.abdpc.org.br](http://www.abdpc.org.br)).

Vê-se, assim, que a tutela inibitória é cabível quando a pretensão almejada for a conservação da integridade do direito com vistas a prevenir ou impedir a prática ou a continuidade de um ilícito, garantindo-se, ao final, o próprio direito.

É importante que se faça a distinção entre as medidas protetivas e as medidas cautelares, tendo em vista que, a classificação equivocada das medidas protetivas - as que nos interessa no momento - pode colocar em xeque a própria efetividade do instituto ora em discussão e, ao revés, deixar a vítima em desamparo.

Teleologicamente, a Lei Maria da Penha foi criada com a finalidade de coibir e prevenir a violência doméstica e familiar praticada contra a mulher, conforme já afirmado. Tanto é assim que, com o objetivo de torná-la efetiva estabelece providências judiciais, entre as quais se inserem as chamadas medidas protetivas de urgência com vistas a garantir a integridade física e psíquica da mulher.

É o que se lê, de imediato, em seu art. no art. 1º:

"Art. 1º Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar".

Em consonância com tal artigo, portanto, a proteção da integridade física e psíquica da mulher nada mais é do que o próprio direito, cuja satisfação só pode ser obtida por meio da tutela inibitória.

O caráter satisfativo das medidas protetivas é defendido por Maria Berenice Dias:

"As medidas deferidas, em sede de cognição sumária, não dispõem de caráter temporário, ou seja, não é imposto à vítima o dever de ingressar com ação principal no prazo de 30 dias. Todas têm caráter satisfativo, não se aplicando a limitação temporal prevista na lei civil. Subtrair a eficácia da medida depois do decurso de determinado prazo, conforme é sustentado em sede doutrinária, pode gerar situações para lá de perigosas. Basta supor a hipótese de ter sido afastado o ofensor do lar em face das severas agressões perpetradas contra a mulher, tendo ela ficado no domicílio comum junto com a prole. Decorridos 30 dias da efetivação da medida, de todo descabido que, pelo fim da eficácia da decisão, tenha o agressor o direito de retornar ao lar." (DIAS, Maria Berenice. A Lei Maria da Penha na Justiça. Conteúdo Jurídico, Brasília - DF: 15 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?content=2.22439>>. Acesso em: 29



de abril de 2013).

Na mesma linha de raciocínio, a Defensora Pública Julia Maria Seixas Bechara, também sustenta a tese de que as medidas protetivas de urgência ostentam natureza jurídica de tutela inibitória cível. Em seu artigo "Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência" enfrenta a questão da natureza jurídica das protetivas e faz críticas à cautelaridade. Para ela as características da tutela cautelar (instrumentalidade, temporariedade e não-satisfatividade) são incompatíveis com a finalidade das medidas protetivas, ressaltando que:

"(...) a exigência de futura propositura de ação significaria nova desproteção à vítima, em atendimento a formalismo incompatível com o mecanismo de solicitação da ordem. Isso posto, conclui-se que a medida protetiva, porque autônoma e satisfativa, não é tutela de natureza cautelar, mas sim tutela inibitória. Com efeito, ao entregar à vítima o direito material invocado - consistente em sua proteção perante o suposto agressor - dispensa a medida protetiva qualquer outro procedimento, produzindo efeitos enquanto existir a situação de perigo que embasou a ordem (*rebus sic stantibus*). A circunstância de a demanda ser fundada em perigo e baseada em cognição sumária - na fase de antecipação de tutela da protetiva - não implica, necessariamente, a caracterização da medida como cautelar". (BECHARA, Julia Maria Seixas. Violência doméstica e natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 15, n. 2661, 14 out. 2010 . Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/17614>>)

Dessa forma, o mais razoável - exatamente em virtude do caráter protetivo da referida Lei - é conferir às medidas protetivas previstas no art. 22, a natureza jurídica de tutela inibitória, vez que categorizá-las como tutela cautelar equivale a esvaziar



teleologicamente a lei, bem como protrair indefinidamente a situação de vulnerabilidade e desproteção da mulher.

Saliente-se, portanto, que, diferentemente da cautelar, a tutela inibitória é cabível quando se pretende conservar a integridade do direito e, por conseguinte, evitar que haja sua degradação. Em razão do caráter preventivo, as medidas inibitórias são autônomas e, diferentemente das medidas cautelares, não servem de instrumento para embasar a propositura da ação principal.

Com esteio nesse raciocínio, é possível concluir que o deferimento de tais medidas independe do interesse da vítima na persecução penal, vez que, conquanto deferidas, a manutenção dessas (das medidas), ainda que transitoriamente, independe de eventual propositura de eventual ação penal contra o agressor.

Extraí-se tal conclusão da leitura do art. 22 da Lei nº 11.340/06, o qual, em momento algum, condiciona a concessão das medidas à necessidade de instauração de inquérito policial ou de processo criminal em curso, fazendo-o tão somente no que concerne à existência de situação de violência no âmbito doméstico e familiar.

Para reforçar o caráter autônomo e satisfativo das medidas protetivas, vale citar que, na redação final da Lei nº 11.340/06, o termo "medidas cautelares" existente no texto original do anteprojeto de Lei nº 4.559/2004 decaiu dando lugar, posteriormente, à expressão "medidas protetivas de urgência".

O reconhecimento da autonomia das medidas protetivas, portanto, é imprescindível para que a mulher não se sinta desamparada em situações em que não for instaurado um processo criminal.

Isso significa dizer que, nos casos em que houver situação de violência no âmbito familiar, e, por sua vez, a mulher clamar pela concessão de tais medidas, essas deverão ser concedidas, vez que objetivam, *prima facie*, a preservação da indenidade física e mental da mulher, bem como, em momento posterior, evita o acionamento da máquina estatal em intervenções mais graves e severas e, conseqüentemente, mais lesivas não só para a família como, por vias oblíquas, para toda sociedade.

In casu, conforme salientado em linhas atrás, as medidas protetivas foram requeridas pela própria vítima e, num primeiro momento, deferidas (f.17-18) bem como reiteradas, posteriormente pelo juízo a quo (f.33-34) ante a gravidade da situação (f.33-34) havendo, inclusive, informação de prisão em flagrante do agressor por força do cometimento de violência doméstica (f.35).

Ocorre, todavia, que, diante da "inércia" da vítima em informar o endereço completo do agressor (despacho de f. 44), o magistrado de primeiro grau revogou as medidas protetivas outrora deferidas (f.46).

Ora, em se considerando o caráter autônomo das medidas protetivas e, sobretudo, os fins que as justificam, a reforma da decisão mostra-se imperativa, até porque adiro ao entendimento esposado pelo órgão ministerial nas razões recursais, vez que também entendo que não cabe à vítima diligenciar para informar o endereço completo do agressor. Tal mister - embora assoberbado, todos nós sabemos bem disso - compete ao Poder Judiciário.

Logo, não se justifica a revogação das medidas protetivas com base no fundamento exposto pelo magistrado de primeiro grau, sobretudo quando se constata que a violência perpetrada (vias de fato/agressão) prescinde de representação da vítima, porquanto inserida nos crimes de natureza incondicionada à representação.

Com base nessas razões, DOU PROVIMENTO AO RECURSO MINISTERIAL para reformar a decisão judicial (f.46) que revogou as



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

medidas protetivas concedidas em desfavor de MARCEL PEREIRA, mantendo-as até o momento em que, porventura, sobrevierem outros fatos que informem a alteração do quadro de violência doméstica e familiar da ofendida.

Custas ex lege.

DES. SILAS RODRIGUES VIEIRA - De acordo com o(a) Relator(a).

DES. FLÁVIO BATISTA LEITE

## VOTO

Apresento parcial divergência ao voto da Relatora apenas para conhecer da apelação como agravo de instrumento.

É que não há, na Lei Maria da Penha, nenhuma regra específica acerca do recurso cabível contra as decisões que deferem, indeferem ou revogam as medidas protetivas. Meu posicionamento é no sentido de que tais decisões não são definitivas ou com força de definitivas, mas interlocutórias, e, por esse motivo, são atacáveis por agravo de instrumento, conforme prevêm o art. 13 da Lei 11.340/06 c/c o art. 162, § 2º, e 522 e seguintes do Código de Processo Civil.

Esse é o entendimento desta Câmara:

"APELAÇÃO CRIMINAL - RECEBIDO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - LEI MARIA DA PENHA - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - PROVA INSUFICIENTE - PLEITO INDEFERIDO - DECISÃO MANTIDA.

- As decisões que indeferem medidas protetivas não são definitivas, mas interlocutórias, as quais são atacáveis por agravo de instrumento, conforme prevêm os artigos 13 da Lei 11.340/06 c/c o artigo 162 § 2º e 522 e ss. do Código de Processo Civil. Não havendo

na Lei Maria Penha regra específica acerca do recurso cabível contra as decisões que deferem ou indeferem as medidas cautelares requeridas, o recurso de apelação interposto pelo Parquet deve ser conhecido, em atenção ao princípio da fungibilidade. (...)" (Apelação Criminal 1.0024.10.161936-9/001, Relator(a) Des.(a) Silas Vieira, publicação da súmula 26/07/2013 - ementa parcialmente transcrita).

"APELAÇÃO CRIMINAL - RECURSO CONTRA DECISÃO QUE INDEFERIU AS MEDIDAS PROTETIVAS DA LEI MARIA DA PENHA - INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA - DECISÃO DE NATUREZA INTERLOCUTÓRIA, QUE DESAFIA RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - POSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO (...)" (Apelação Criminal 1.0024.11.023688-2/001, Relator(a): Des.(a) Alberto Deodato Neto, publicação da súmula: 11/10/2013 - transcrição parcial da ementa).

"APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - LEI 11.340/06 - CONHECIMENTO DO RECURSO COMO AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE - INDEFERIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS - PRELIMINARES QUE SE CONFUNDEM COM O MÉRITO (...)" (Apelação Criminal 1.0105.10.039515-8/001, Relator(a) Des.(a) Flávio Leite, publicação da súmula 05/10/2012 - transcrição parcial da ementa).

A despeito de o recurso interposto pelo órgão ministerial ter sido o de apelação, dele conheço como agravo de instrumento em face dos princípios da fungibilidade, economia processual e celeridade, vez que presentes os requisitos necessários para tanto, aliados ao fato de o Ministério Público não ter laborado com má-fé e ter recorrido tempestivamente.

No mais, voto de acordo com a Relatora para dar provimento



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

ao recurso.

Posto isso, divirjo parcialmente da Relatora somente para conhecer da apelação como agravo de instrumento.

SÚMULA: "DERAM PROVIMENTO AO RECURSO, VENCIDO EM PARTE O 2º VOGAL."

1 A eminente Ministra Eliana Calmon, em palestra proferida, em 26/04/13, no auditório deste Tribunal, no evento que marcou o lançamento da campanha "Compromisso e Atitude - Lei Maria da Penha - A Lei é mais Forte", asseverou que a questão da violência doméstica "passou a ser uma questão de Estado", por se tratar de um problema que atinge todo o mundo, "com destaque para as sociedades menos evoluídas". Destacou, também, a importância do papel do juiz, que, a partir da promulgação da Constituição de 1988, deve atuar como fiscal de políticas públicas. Asseverou que o Poder Judiciário tem a obrigação de se engajar nesse movimento, estando sempre atento às mudanças. (Fonte: Assessoria de Comunicação Institucional - Ascom. Disponível :<http://www.tjmg.jus.br/portal/imprensa/noticias/ministra-eliana-calmon-profere-palestra-sobre-a-lei-maria-da-penha>).

??

??

??



# Tribunal de Justiça de Minas Gerais

??